



GASTONE LÚCIA DE CARVALHO BELTRÃO

FILIAÇÃO: Zoraide de Carvalho Beltrão e João Beltrão de Castro

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 12/1/1950, Coruripe (AL)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: estudante universitária

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 22/1/1972, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA¹

Nascida em Coruripe, Alagoas, Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão foi uma jovem estudante que, desde a adolescência, preocupou-se com causas sociais. Costumava realizar ações de ajuda humanitária, visitando presos e fazendo doações. Estudou em Maceió nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva e concluiu o segundo grau no Rio de Janeiro, onde morava sua avó. Em 1968 voltou para Maceió e iniciou os estudos na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Neste período iniciou também sua militância política na Juventude Estudantil Católica – JUC. Passou a integrar a Ação Libertadora Nacional em 1969, tendo viajado a Cuba para realizar treinamento de guerrilha. Seus codinomes eram Rosa e Rosa Lúcia. Esteve no Chile antes de retornar clandestinamente ao Brasil. Morreu aos 22 anos de idade em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 27 de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a cidade de Maceió deu seu

nome a uma rua localizada no loteamento Parque dos Eucaliptos. Foi homenageada, em 2013, pelo Programa da Universidade Federal do Alagoas em Defesa da Vida com uma escultura no memorial “Pessoas Imprescindíveis”, monumento criado em 2010 em homenagem aos alagoanos mortos e desaparecidos, localizado na Praça da Paz da Ufal.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão foi executada em 22 de janeiro de 1972 por agentes do DOPS-SP. Segundo a versão registrada na requisição de exame necroscópico, teria ocorrido um tiroteio na esquina das ruas Heitor Peixoto e Inglês de Souza, no bairro do Cambuci, em São Paulo (SP). De acordo com essa versão oficial, Gastone teria falecido no local. Depois de dois meses, a família foi informada por uma freira que algo havia acontecido a Gastone. Sua mãe, Zoraide, dirigiu-se ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e, após muito insistir, conseguiu falar com o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, comandante da ação que culminou na morte de sua filha. Após negar a execução, Fleury declarou que a filha de Zoraide era uma moça muito corajosa e forte, e que resistira até o último momento. A ficha de Gastone produzida pelo DOPS-SP afirmava que a morte teria ocorrido em tiroteio travado com agentes dessa instituição.

Entretanto, foram produzidos documentos acerca de sua morte com horários e versões contraditórios, que permitiram desconstruir a versão oficial da morte em decorrência do tiroteio. De acordo com a requisição de necropsia feita pelo DOPS, a morte teria ocorrido às 15h30. O laudo necroscópico atesta o horário do óbito às 11h. Há inconsistências também em relação à identificação do corpo. O laudo de perícia técnica emitido naquele dia afirma ter recebido às 17h pedido de solicitação de exame pericial em um cadáver “até então desconhecido”. No entanto, na requisição de necropsia há todos os dados de identificação do corpo como sendo de Gastone e, segundo o documento, a entrada teria sido às 15h30, ou seja, menos de uma hora entre a morte, a identificação e o seu encaminhamento ao IML.

O laudo de necropsia, assinado pelos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg, atesta a presença de “sinais particulares” no corpo da vítima, como inúmeras cicatrizes e fraturas, além de treze ferimentos circulares, característicos daqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo. Apesar da quantidade de informações constantes do laudo, todas foram arroladas de forma bastante superficial.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) analisou e verificou a inconsistência da documentação. A fratura no braço (cúbito e rádio) e pulso esquerdo identificada no laudo indica que Gastone pode ter sido imobilizada e sofrido torção do membro até sua fratura. Há também, nas fotos anexadas aos documentos, sinais visíveis de equimoses e escoriações no corpo da vítima, indicando que as lesões poderiam ter ocorrido ainda com Gastone viva. Foi possível verificar também evidências de disparos efetuados de cima para baixo, ou seja, em situações em que a vítima encontrava-se caída no chão, portanto já rendida e em situação de rendição ou de completa vulnerabilidade.

Apesar de não conseguir dados totalmente conclusivos acerca das reais circunstâncias de morte, a análise produzida a partir do processo na CEMDP refuta categoricamente a versão ofi-

cial, alegando que a quantidade de lesões, fraturas e ferimentos encontrados em seu corpo não foi ocasionada em decorrência de tiroteio. De acordo com o diagnóstico da perícia, fica evidente a montagem de um “teatro” pelos agentes de repressão. Isto reforça os indícios de que a vítima teria sido ferida no local, mas conduzida e executada em outro local. Pode-se inferir, portanto, a possibilidade de que Gastone tenha sido detida e torturada até a morte por agentes de segurança do Estado.

Gastone foi enterrada como indigente no Cemitério Dom Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo. Apenas em 1975 foi permitido à família o acesso aos seus restos mortais, transladados para o jazigo da família Beltrão no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió (AL).

LOCAL DE MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local de morte. É contestável a versão de que teria morrido na esquina das ruas Heitor Peixoto e Inglês de Souza, no Cambuci, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS/SP

Governador do Estado de São Paulo:

Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: general Sérvulo Mota Lima

Diretor geral de Polícia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS-SP): Lúcio Vieira
Primeiro Delegado Assistente do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS-SP): Tácito Pinheiro Machado

Delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS-SP): Sérgio Fernando Paranhos Fleury

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/ TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Sérgio Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado.	Prisão ilegal, tortura, execução e ocultação de cadáver.		BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</i> . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 278-279.
Isaac Abramovitch.	IML/SP.	Médico- legista.	Omitiu informações sobre as lesões presentes no corpo de Gastone.		Exame necroscópico de Gastone. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 54-55.
Walter Sayeg.	IML/SP.	Médico- legista.	Omitiu informações sobre as lesões presentes no corpo de Gastone.		Exame necroscópico de Gastone. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 54-55 .
Jácomo José Orselli.	Polícia Civil.	Delegado de plantão no 6º Distrito Policial.	Omitiu informações em laudo pericial, colaborando na produção da versão oficial do “tiroteio”.		Acervo da CNV, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 004-laudo-do-local-IPT.
Ernesto Eleutério.	IPT/SP.	Perito criminal.	Omitiu informações em laudo pericial, colaborando na produção da versão oficial do “tiroteio”.		Acervo da CNV, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 004-laudo-do-local-IPT.
Arnaldo Siqueira.	IML/SP.	Diretor do IML/SP.	Omitiu informações em laudo pericial, colaborando na produção da versão oficial do “tiroteio”.		Laudo de Exame Necroscópico no requerimento administrativo apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Exame necroscópico de Gastone. Arquivo Nacional, CEMDP:BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 54-55

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, p. 12.	Certidão de óbito, 26/1/1972.	Cartório do Registro Civil. 20º Subdistrito Jardim América. São Paulo (SP).	Certidão de óbito. Apresenta como causa da morte “anemia aguda traumática”.

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 37-45.	Circunstâncias da morte, 2/5/1996.	CEMDP.	Relato das circunstâncias da morte produzido pela CEMDP.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, p. 49.	Requisição de exame, 22/1/1972.	Instituto Médico-Legal-SP.	Requisição de exame emitido ao DOPS, alegando versão oficial do tiroteio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 54-55.	Exame necroscópico, 28/1/1972.	Instituto Médico-Legal-SP.	Exame necroscópico. Enfatiza as versões oficiais sobre a morte de Gastone.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 68-105.	Relatório de Exame Pericial nº 08355, 6/4/1972.	Instituto de Polícia Técnica.	Relatório de Exame Pericial que procura investigar as circunstâncias do acontecimento à época; contém anexo de fotos de vistoria do local e do corpo da vítima.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 116-134.	Parecer criminalístico, 12/6/1996.	Polícia Civil do Distrito Federal. Coordenação de Polícia Técnica. Instituto de Criminalística.	Parecer produzido a pedido da CEMDP. Refuta a versão oficial construída sobre o caso.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 135-136.	Parecer médico-legal nº101/96, 10/6/1996.	Polícia Civil do Distrito Federal. Coordenação de Polícia Técnica. Instituto de Medicina Legal Leonídio Ribeiro.	Parecer médico-legal anexado ao processo da CEMDP com os dados conclusivos sobre a contestação da versão oficial.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001, pp. 137-143.	Reconhecimento da morte de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, nos termos da Lei no 9.140/1995.	CEMDP.	Relatório emitido pela CEMDP com parecer conclusivo sobre o caso.
Arquivo CNV: 00092.002962/2014-25.	Fichário Individual, 9/9/1971.	Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS.	Atesta que, conforme documento encaminhado pelo SNI, Gastone teria sido morto em 22 de janeiro de 1972, “em tiroteio travado com o DEOPS/SP”.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão foi executada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 278-279; Comissão de Familiares, Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL); Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado – IEVE. Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2009; Crimeia Schmidt et al (Orgs.). Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp. 310-311; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0036_0001.